



1

Como se dá a regulação jurídica das relações internacionais?

EXERCÍCIO

O caso dos Frangos

A empresa brasileira Frango Feliz, localizada em município da grande São Paulo, produz, comercializa no Brasil e exporta frangos. Em seu processo de produção são realizados testes e exames na mercadoria comercializada, visando determinar se pode ser consumida sem risco. Esses exames são compatíveis com os padrões sanitários internacionais estabelecidos em recomendações da FAO (Organização do sistema da ONU que cuida da alimentação e da agricultura). Eles também obedecem às normas postas pelo Ministério da Agricultura do Brasil.

A Frango Feliz vendeu dois carregamentos de frango para dois compradores espanhóis. Os representantes da empresa brasileira haviam conhecido os compradores numa feira, onde trocaram cartões de visita. Após troca de mensagens eletrônicas, finalmente fecharam o negócio, também por *e-mail*. O pagamento foi feito e, conforme combinado, os espanhóis entregaram os valores a um banco sediado em Nova Iorque, contra a apresentação dos documentos comprovando o embarque da mercadoria nas condições acordadas. O pagamento deu-se, portanto, em conformidade com prática consagrada pelos usos e costumes do comércio internacional e codificada pela CCI (Câmara de Comércio Internacional).

Chegando ao porto de destino, a mercadoria foi retida pelas autoridades sanitárias, que pretendiam incinerar a carga.

As autoridades espanholas alegaram ter encontrado traços de bactérias em quantidades inaceitáveis para entrada em território espanhol. Os padrões usados foram aqueles de normas espanholas editadas na década de 70. Essas normas são, com efeito, mais rígidas do que as normas vigentes no Brasil. Elas são também mais rígidas do que aquelas editadas pela Comunidade Europeia, de que faz parte a Espanha, sobre a mesma matéria. A Frango Feliz, por sinal, atende a todas as exigências da Comunidade, bem como às recomendações do Ministério da Agricultura aos empresários que para lá exportam.

A empresa e as autoridades brasileiras, consultadas informalmente, consideram que a Espanha viola normas europeias, mas também as normas da OMC (Organização Mundial do Comércio), que, na tentativa de promover o livre comércio entre os Estados, procuram minimizar barreiras ao livre comércio. As autoridades espanholas, ainda que informalmente, sustentam que as próprias normas da OMC admitem exceções destinadas a proteger a saúde humana e o meio ambiente.

Os importadores, tendo desembolsado o preço e estando impossibilitados de retirar a mercadoria, ameaçam propor ações judiciais contra o exportador brasileiro. Por sua vez, o exportador brasileiro está preocupado e procura um consultor para saber, afinal, quais são as regras que regulam tudo isso e onde se encontram. Quer também, é claro, saber se os importadores podem processá-lo. Nesse caso, procura saber se a reclamação ocorreria diante dos tribunais espanhóis, brasileiros ou outros. Também se preocupa em saber segundo qual lei o conflito seria resolvido.

Considerando que as autoridades espanholas continuam a sistematicamente barrar, com a mesma justificativa sanitária, as exportações de frango brasileiro para a Espanha, não só da Frango Feliz, mas de todos os exportadores que não cumprem com suas normas, o governo brasileiro se convence de que a Espanha está impondo barreiras ilegais ao livre comércio. Ele decide então empreender um processo de reclamação contra a Espanha.

Questões:

1. Quais os problemas (ou questões) que se encontram no caso relatado?
2. Quem são os atores que o caso identifica?
3. Quais os conjuntos normativos chamados a desempenhar algum papel no caso?
4. Quais as controvérsias e quais os meios para sua solução?